

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 837.164 - SP (2016/0000155-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : AMILCAR AQUINO NAVARRO E OUTRO(S) - SP069474
AGRAVADO : EXPEDITO ALVES DE BRITO
ADVOGADOS : JONATHAN SILVA ROCHA E OUTRO(S) - SP338024
CARLA SCHIAVO FIORINI E OUTRO(S) - SP346643
SOC. de ADV. : SCHIAVO E ROCHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/1973, art. 544) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) ausência de ofensa aos artigos de lei indicados e (b) aplicação da Súmula n. 7/STJ (e-STJ fls. 172/173).

O acórdão do TJSP traz a seguinte ementa (e-STJ fl. 110):

Agravo interno (CPC, § 1º do art. 557). Usucapião. Interesse da Fazenda do Estado bem afastado. Alegação de que área usucapienda é parte de gleba maior, pertencente ao Estado de São Paulo. Ação discriminatória em que se funda o pedido com trâmite há mais de cinquenta e cinco anos, sem que sequer tenha havido decisão em primeiro grau de jurisdição. Precedentes específicos desta Corte. Agravo desprovido na forma do artigo 252 do RITJSP.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 123/127).

No recurso especial (e-STJ fls. 139/144), interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da CF, a recorrente indicou contrariedade ao art. 102 do CC/2002, porque existiria comprovação de que o imóvel usucapiendo estaria situado em área de terra devoluta, motivo por que seria insuscetível de ser usucapido.

Acrescentou que a posse do recorrido não seria mansa nem pacífica, o que também inviabilizaria a usucapião pretendida.

Ao final, requereu a reforma do aresto impugnado, a fim de se julgar improcedente o pedido de reconhecimento da usucapião do recorrido.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 148/157).

No agravo (e-STJ fls. 177/180), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 187).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial e o agravo foram interpostos com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, por isso devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na

forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

A Corte de origem reconheceu a inexistência de interesse processual que justificasse a permanência da recorrente no polo passivo da demanda, ante a ausência de comprovação da natureza pública do imóvel usucapiendo, motivo por que confirmou sua exclusão da lide. Confira-se o seguinte trecho (e-STJ fls. 110/113):

É recurso de agravo de instrumento contra r. decisão, aqui copiada a fls. 81/84, que, nos autos de ação de usucapião extraordinário movida por Expedito Alves de Brito, excluiu a Fazenda Pública do Estado de São Paulo do feito, à vista de ausência de interesse processual. Copio a fundamentação da r. decisão:

[...]

Em princípio, autorizado o deslocamento da competência. Contudo, ainda que de fato, a área usucapienda encontra-se inserida no 2º Perímetro de São Miguel Paulista em área considerada terra devoluta, abrangida em pedido de ação discriminatória nº 399/57, não é possível reiterar admitindo essa como causa de suspensão do feito e paralisação da jurisdição. Não existe ainda confirmação, mas perspectiva, cada vez mais superada, de que a área está, efetivamente, inserida no domínio público estadual, mas apenas que o imóvel está inserido em área que é objeto de outra ação, sem qualquer prazo de conclusão. Foram mais de cinquenta e cinco anos de tramitação. Na falta da suposta certeza de titularidade, revendo entendimento anterior, reputo que a Fazenda do Estado, não se desincumbiu de comprovar que o imóvel lhe seria de direito. Confira-se:

[...]

Com esses fundamentos, EXCLUO da lide a Fazenda Estadual, para ausência de interesse processual, e determino, ao trânsito em julgado, a devolução dos autos para a d. Vara de Registros Originária.

Nas alegações do especial, a parte apontou violação do art. 102 do CC/2002, para argumentar que estariam ausentes os requisitos para declarar a usucapião postulada pelo recorrido.

Diante de tal proceder, verifica-se que as razões da insurgência recursal estão dissociadas da fundamentação do aresto impugnado, o que torna inviável o conhecimento do recurso, ante a incidência analógica das Súmulas n. 283 e 284 do STF.

A propósito: AgInt no AREsp n. 934.699/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 16/11/2016, e AgInt no AREsp n. 1.041.801/DF, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 7/8/2017.

A Corte local não se manifestou quanto ao art. 102 do CC/2002, sob o enfoque pretendido pela recorrente. Dessa forma, sem ter sido objeto de debate na decisão recorrida e ante a falta de aclaratórios no ponto, a matéria contida em tal dispositivo carece de prequestionamento e sofre, por conseguinte, o empecilho das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Diante do exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intemem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator